



ACÓRDÃO Nº588/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11874/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba – SAAE.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Jorge Venicio da Silva Braga (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1120/2023-DIMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba - SAAE. Exercício de 2020.

Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** o Senhor **Jorge Venicio da Silva Braga**, Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba - SAAE e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 20, §4º, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 88 da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba - SAAE e Ordenador de Despesas, à época, de responsabilidade do Senhor **Jorge Venicio da Silva Braga**, Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba - SAAE e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Senhor **Jorge Venicio da Silva Braga**, Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba - SAAE e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil



ACÓRDÃO Nº588/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

reais), por atos ilegítimos/ antieconômicos que resultaram em injustificado dano ao erário, com fulcro no artigo 54, inciso V da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso V da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos itens de **01 a 09** da Fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

10.4. Considerar em Alcance ao Senhor **Jorge Venicio da Silva Braga**, Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba - SAAE e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 69.228,53** (sessenta e nove mil, duzentos e vinte e oito reais e cinquenta e três centavos), em razão das **Impropriedades nº. 08**; tudo em consonância com o artigo 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alíneas “a” da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, na esfera Municipal para o órgão Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iranduba - SAAE, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE).

10.5. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:



ACÓRDÃO Nº588/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.5.1. Ausência dos documentos relacionados junto à Prestação de Contas desse SAAE - IRANDUBA, em descumprimento as exigências do art. 2º, da Resolução TCE/AM nº 04/2016;

10.5.2. Ausência de justificativa para o registro do valor de R\$ 812,54 na conta Saldo para o Exercício Seguinte do Balanço Financeiro, uma vez que o resultado das conciliações bancárias e extratos evidenciam um saldo de R\$ 669,24, apresentando, assim, uma diferença de R\$ 143,30;

10.5.3. Ausência de registro no Balanço Financeiro referentes a Restos a Pagar não Processados e Processados, uma vez que a Relação de Restos a Pagar inscritos no exercício, encaminhado junto à prestação de contas, fls. 51, apresenta os seguintes valores: Restos a Pagar não Processados (R\$ 49.858,11) e Processados (R\$ 195.850,67), perfazendo um valor total de R\$ 245.708,78;

10.5.4. Consta na conta Bens Móveis – Imobilizado – Ativo não Circulante – do Balanço Patrimonial o registro no valor de R\$ 112.995,00, tal inscrição deve ser comprovada por meio do Inventário dos Bens Patrimoniais no qual deve constar o tombo, descrição do bem, localização, nº documento fiscal de aquisição do bem e valor, bem como o valor total dos bens, em cumprimento ao previsto nos artigos 94, 95 e 106, inciso II, da Lei 4.320/64, uma vez que o Inventário dos Bens Patrimoniais não foi encaminhado junto a Prestação de Contas, como também não foi apresentado quando da inspeção in loco;

10.5.5. Ausência da Conta: (-) Depreciação / Amortização / Exaustão Acumulada de Bens Móveis – no Ativo não Circulante – Imobilizado – no Balanço Patrimonial, encaminhado junto à Prestação de Contas, em desconformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;

10.5.6. Ausência de Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;

10.5.7. Descumprimento dos prazos de envio dos balancetes mensais. Justificar o não envio dos balancetes mensais, via sistema e-Contas, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2020, descumprindo o prazo estabelecido pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;

10.5.8. Ausência de atesto para a guarda e o legal emprego dos



ACÓRDÃO Nº588/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

dinheiros públicos. Nesse sentido são os art. 70, § único, da CR/88; art. 39 a 45, §§ e incisos respectivos, da CE/89 c/c art. 81, 83 e 85 da Lei 4.320/64, assim como as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Neste sentido, justifique a não apresentação dos processos de pagamento de despesas, conforme relação de pagamentos abaixo discriminados, no valor de R\$ 69.228,53 e/ou com fulcro nos artigos 20, § 2º, da Lei n.º 2.423/1996, alterado pela Lei Complementar n.º 114/2013 c/c 174 do Regimento Interno TCE/AM, recolha a quantia devida;

10.5.9. Ausência da Relação de Bens Móveis, contrariando o artigo 96 da LEI Nº 4.320, de 17 de março de 1964, no entanto no Balanço Patrimonial o Saldo da Conta “Imobilizado” é igual a R\$ 124.307,80. Desta forma, justifique o não envio da Relação de Bens Móveis e/ou com fulcro nos artigos 20, § 2º, da Lei n.º 2.423/1996, alterado pela Lei Complementar n.º 114/2013 c/c 174 do Regimento Interno TCE/AM, recolha a quantia devida.

10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de março de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral